

O currículo cultural da educação física: análise da produção discursiva dos seus autores

Marcos Garcia Neira, Ph. D.¹ - Faculdade de Educação da USP, Brasil
Recepción: 15-11-13 / Modificación: 28-12-13 / Aceptación: 23-02-14

Contexto e pressupostos do currículo cultural

Diz a sabedoria popular que, se algo é repetido com bastante frequência, algum fundamento tem. De ouvidos e olhos atentos, acompanhamos nos últimos anos a eclosão de um intenso debate a respeito do currículo escolar da educação física. Fato que merece elogios. Para além de sinalizar certa preocupação com o que se está fazendo nas escolas e com o cidadão que se pretende formar, chama a atenção pelo insólito, pois, historicamente, a discussão permaneceu restrita à relevância ou não do componente. Pois bem, se aceitarmos que experiências distintas formam diferentemente as pessoas e que qualquer decisão sobre a trajetória educacional é, antes de tudo, política, teremos a explicação para as disputas discursivas que caracterizam o cenário atual. Afinal, o que está em jogo no momento é a definição daquilo que deve acontecer nos encontros letivos de educação física, em outras palavras, o que está em jogo é qual educação física ensinar.

Diante das vertentes em circulação, o professor comumente opta por um dos três procedimentos: analisa as finalidades educacionais da instituição em que atua e confronta-as com as propostas curriculares a fim de fazer uma escolha consciente; trabalha com aquela com a qual se identifica; e, por último, desenvolve o seu trabalho sem refletir acerca dos fundamentos e pressupostos que o sustentam, conseqüentemente, sem ter clareza sobre a teoria curricular que coloca em ação. Para piorar a situação, há quem diga que todas as perspectivas curriculares possuem aspectos positivos, por isso, o recomendado é trabalhar com o que há de melhor em cada uma.

¹ Forma de citar este artigo: Neira, G. M. (2013). O currículo cultural da educação física: análise da produção discursiva dos seus autores. En: *Revista Impetus*, Villavicencio. Vol 7 # 9. Agosto-Diciembre 2013, pp. 7-20.

O problema é que tal pluralismo deixa de considerar que cada currículo, ao fundamentar-se em determinadas teorias e enveredar por uma pedagogia específica, recorrerá a concepções de mundo, sociedade, escola, área de conhecimento, cidadão e prática corporal que podem ser divergentes, formando conseqüentemente pessoas diferentes. Ora, não nos deixemos enganar. Não se trata de retirar da prateleira uma boa proposta e utilizá-la, podendo descartá-la caso não corresponda às expectativas iniciais. Cada contexto social apresenta à escola demandas próprias que poderão ser respondidas mediante uma postura consciente, coletiva e refletida por parte dos professores. Antes de pensarmos e decidirmos por um ou outro currículo de educação física, é indispensável participar da construção do projeto pedagógico da escola.

Enquanto processo, o projeto pedagógico reúne análises da realidade e decisões acerca das finalidades educativas. O projeto pedagógico é o documento de identidade da instituição. Após os devidos embates para definir objetivos, conteúdos, tempos, métodos, atividades, entre outros, é nele que a proposta formativa se concretiza. É impossível organizar a tarefa educativa de modo coerente sem vivenciar a elaboração do projeto ou, para dizer o mínimo, tomar conhecimento dos rumos que a escola traçou. O melhor currículo de educação física é, portanto, aquele que se mostra coerente com tudo o que foi acordado coletivamente. Uma escola não poderá cumprir sua função social a contento enquanto a educação física continuar construindo muros ao seu redor e repetindo slogans sobre a especificidade da sua ação. Distante do projeto institucional, qualquer proposta curricular padecerá. É bem conhecida a máxima que diz: quem caminha fora do projeto chega a outro lugar.

O currículo só ganha significado quando se miram as práticas educativas que lhe dão sustentação. É no fazer pedagógico que a ação curricular entra em ebulição. É por meio do currículo que professores, alunos e conhecimentos interagem numa direção ou noutra. Todo currículo, pode-se dizer, é um recorte da cultura mais ampla, um conjunto de saberes que alguém selecionou, visando formar o sujeito que atuará na sociedade, o que permite concluir que todo currículo corresponde aos anseios e expectativas de um determinado setor social que, comumente, goza de melhores condições para definir o que deve ou não ser ensinado e como isso acontecerá.

Diversas análises revelam que o currículo é um campo de luta política e institucional entre Estado, igreja, sociedade civil e os diversos grupos que manifestam interesses, desejos e necessidades de sobrevivência e convivência. Isso demonstra que os currículos podem ser vistos como construtos históricos. Produções e invenções configuradas para garantir a reprodução cultural e social, requisito para assegurar a continuidade da sociedade que lhes dá suporte. Todavia, simultaneamente ao processo de imposição de determinadas visões de mundo, o currículo enfrenta resistências, transgressões e ressignificações. Enfim, o currículo é vivo e dinâmico, é o que fazemos dele.

Nos anos mais recentes, a educação física incorporou o debate curricular e iniciou um conflituoso processo de mudanças. Abandonou os referenciais psicobiológicos que visavam à adequação do sujeito à sociedade desenvolvimentista e adotou os construtos teóricos das ciências humanas. Os currículos passaram a situar as práticas corporais como produtos culturais e considerar o aluno como sujeito histórico, assumindo o compromisso de colaborar na formação do cidadão que atua com responsabilidade e compromisso coletivo na vida pública.

Quando brincam, dançam ou praticam esportes, as pessoas manifestam sentimentos, emoções, formas de ver o mundo, conhecimentos, relações de poder, enfim, seu patrimônio cultural. Dado seu teor expressivo, as práticas corporais se configuram como uma das possibilidades de interação entre os diversos grupos que compartilham a paisagem social, independentemente de seus valores, normas ou padrões.

A tentativa de colocar em ação um currículo de educação física inspirado nesses pressupostos vem motivando, desde 2004, professores de educação física que atuam

em escolas públicas e privadas a se reunirem quinzenalmente nas dependências da faculdade de educação da Universidade de São Paulo para debater, estudar, propor, experimentar e avaliar alternativas; trata-se do grupo de pesquisas em educação física escolar². Durante os encontros são discutidos os referenciais teóricos que ajudam a pintar com outras cores a paisagem pedagógica do componente. Buscando inspiração no arcabouço teórico dos estudos culturais e do multiculturalismo crítico, experiências curriculares são planejadas, colocadas em prática e analisadas crítica e coletivamente. Como objetivo a ser alcançado, vislumbra-se uma sociedade que considera prioritário o cumprimento do direito que todos os seres humanos têm de ter uma vida digna, em que sejam plenamente satisfeitas suas necessidades vitais, sociais e históricas. Em tal contexto, os significados só podem ser: equidade, direitos, justiça social, cidadania e espaço público.

No nível conceitual, um currículo da educação física comprometido com essa visão, ao tematizar as práticas corporais, questiona os marcadores sociais nelas presentes: condições de classe, etnia, gênero, níveis de habilidade, local de moradia, histórias pessoais, religião, entre outros. Uma proposta curricular com esse teor recorre à política da diferença por meio do reconhecimento das linguagens corporais daqueles grupos sociais quase sempre silenciados. Um currículo de educação física engajado nessa luta prestigia, desde seu planejamento, procedimentos democráticos para a decisão dos temas de estudo e atividades de ensino e valoriza experiências de reflexão crítica das práticas corporais do universo vivencial dos alunos para, em seguida, aprofundá-las e ampliá-las mediante o diálogo com outras representações e outras manifestações corporais.

Nessa perspectiva curricular, por Neira (2011) denominada “cultural”, a experiência escolar é um campo aberto ao debate, ao encontro de culturas e à confluência da diversidade de manifestações corporais dos variados grupos sociais. O currículo cultural da educação física é uma arena de disseminação de sentidos, de polissemia, de produção de identidades voltadas para a análise, interpretação, questionamento e diálogo entre e a partir das culturas.

Afinal, se a escola for concebida como ambiente adequado para análise, discussão, vivência, ressignificação e ampliação dos saberes relativos às manifestações corporais, ela poderá almejar a formação de cidadãos capazes de desconstruir as relações de poder que historicamente impediram o diálogo entre os dife-

² www.gpef.fe.usp.br



rentes representantes das práticas corporais. O que se tem como pressuposto é que em uma educação democrática não existem brincadeiras, danças, lutas, esportes ou ginásticas melhores ou piores. Por essa razão, o currículo cultural da educação física tem condições de borrar as fronteiras e estabelecer relações entre as variadas manifestações da gestualidade sistematizada de forma a viabilizar a análise e o compartilhamento de um amplo leque de sentidos e significados.

Infelizmente, a carência de investigações minuciosas sobre as experiências já realizadas com o currículo cultural tem dificultado uma compreensão mais profunda daquilo que se tem feito, o que termina por intimidar eventuais ousadias e inviabilizar novas conquistas, além de dificultar a disseminação dos avanços. Nunca é tarde para lembrar que uma prática sem a devida reflexão transforma-se em mera reprodução.

Buscando destrinchar os procedimentos empregados pelos professores que vivenciam currículo cultural da educação física nas escolas, transformamos seus relatos de prática orais e escritos em objeto de estudo, para melhor compreender o processo do ponto de vista de quem coloca as mãos na massa. Os resultados foram obtidos por meio do entrecruzamento das interpretações dos documentos de registro elaborados pelos docentes com as análises dos autores a partir do confronto com o mesmo referencial teórico que hipoteticamente dá sustentação à proposta.

O currículo cultural da educação física em ação

Após entretecermos as interpretações da produção discursiva dos professores, ganharam visibilidade as ações didáticas utilizadas para colocar em ação o currículo cultural da educação física e os fundamentos o sustentaram. A fim de elaborar uma radiografia do currículo cultural da educação física com base nas nossas interpretações, parafraseamos o estilo adotado por Corazza (2010) no seu manifesto “Diferença pura de um pós-curriculo”.

O currículo cultural da educação física é aquele que, como seu próprio nome indica, tem como ponto de apegos a cultura; pensa e age a partir da análise cultural. Pensa a partir das perspectivas pós-críticas da educação (Silva, 2007), sobretudo os estudos culturais e o multiculturalismo crítico. Age por meio dos temas culturais corporais, investigando e debatendo questões de clas-

se, gênero, orientações sexuais, cultura popular, etnia, religiosidade, força da mídia, processos de significação e disputas entre discursos, políticas de identidade e da diferença, culturas juvenil e infantil. É desse modo que o currículo cultural da educação física aborda as lutas sociais impregnadas nas manifestações culturais corporais; empreende uma análise das razões que impulsionaram o surgimento e as modificações de determinada prática corporal bem como os significados a ela atribuídos. Nesta operação, os fatores relativos às questões de etnia, classe social e gênero, entre outros, são obrigatoriamente desocultados.

Na arena de disputas da área, o currículo cultural da educação física situa-se a favor dos mais fracos, comprometendo-se com a cultura corporal criada e recriada por todos os grupos que coabitam a sociedade. Isso significa tematizar ao longo do percurso escolar as práticas corporais com suas histórias, biografias, formas latentes e manifestas de dominação e regulação, resistência e luta, também do ponto de vista dos oprimidos, com a pretensão de desestabilizar as representações produzidas de forma unilateral.

O conhecimento subordinado representa um papel primordial no currículo inspirado no multiculturalismo crítico, pois sua valorização na instituição educativa contribui para democratizar as visões de sociedade, política e educação (Kincheloe & Steinberg, 1999). Daí o repúdio à exaltação da performance de qualquer tipo e à perseguição de comportamentos padronizados considerados ideais do ponto de vista dos grupos de maior visibilidade na sociedade.

Um currículo assim não opera com conceitos e critérios técnicos, tais como sequências didáticas, eficiência, níveis de aprendizagem, período ideal, prontidão, competências etc., baseados no produto e na homogeneização da diversidade social. Os conceitos e critérios do currículo cultural possuem potencial político: articulação com um projeto institucional coletivo (Lima & Neira, 2010), enraizamento cultural (Kincheloe & Steinberg, 1999), evitar o daltonismo cultural (Candau, 2008), ancoragem social dos conhecimentos (Grant & Wieczorek, 2000), justiça curricular (Connel, 1993), descolonização do currículo (Candau, 2008), mapeamento da cultura corporal, ressignificação, ampliação, aprofundamento, leitura e interpretação das práticas, pedagogia do dissenso, patrimônio cultural subalternizado e abordagem etnográfica (Neira, 2011).

Preocupado com a democratização da experiência pedagógica, o currículo cultural aposta no diálogo das diferenças e com os diferentes. Desenvolve atividades para que os alunos compreendam a identidade como construção, sempre provisória, e não como essência acabada. No diálogo cultural, o professor trabalha dialeticamente entre a ideologia da cultura dominante e as ideologias das muitas culturas existentes. Ao estimular o confronto entre o ponto de vista hegemônico que impregna as manifestações corporais e as noções oriundas das demais posições sociais, ele acaba por fomentar o desenvolvimento de uma dupla consciência nos representantes das práticas corporais minoritárias (Kincheloe & Steinberg, 1999). Trata-se da habilidade de enxergar a própria identidade cultural através da percepção que os demais possuem. No limite, a intenção é elucidar as relações de poder intrínsecas ao patrimônio cultural corporal que atuam para configurar determinadas manifestações como melhores, a identidade, e outras como piores, a diferença.

Para além de uma metodologia dialética nos mesmos moldes da pedagogia freireana (Corazza, 2003), o currículo cultural sofre influências da etnografia e da genealogia arqueológica enquanto abordagens pedagógicas. Quando os processos sócio-histórico-políticos que configuraram a hierarquização das práticas corporais são desvelados, as condições desiguais de produção e reprodução bem como os discursos utilizados para exaltar ou marginalizar as manifestações culturais corporais são evidenciados, o que facilita a compreensão do processo de subjetivação que envolve os mecanismos de identificação e diferenciação.

Ao dialetizar as manifestações culturais produzidas pelos diferentes grupos que compõem a comunidade escolar e a sociedade mais ampla, o currículo inspirado nos estudos culturais e no multiculturalismo crítico cria condições para o desenvolvimento da criticidade, indispensável à capacidade de fazer escolhas conscientes e, por consequência, ao exercício da cidadania. Tão importante quanto a crítica é a produção, segundo movimento do currículo cultural, por meio da qual estimula a reconstrução, após a desconstrução, das representações que os alunos possuem acerca dos temas estudados.

O currículo multiculturalmente orientado reafirma o princípio de que um bom ensino é aquele que considera seriamente o patrimônio da comunidade e abre espaço para a diversidade de etnias, classes sociais, religiões,

gêneros e demais marcadores sociais que perpassam a cultura corporal das populações estudantis. O currículo cultural não considera que as diferenças sejam impeditivos nem que os diferentes sejam vítimas a quem é preciso diagnosticar, dominar, controlar, regular e normalizar. Muito pelo contrário, a diversidade é bem-vinda. Sensível à diversidade, o currículo cultural escuta o que os diferentes têm a dizer e presta atenção ao repertório cultural corporal que os identifica.

De modo deliberado, desestabiliza o domínio das práticas corporais euro-americanas, burguesas, cristãs e heterossexuais para enfatizar também as produções populares, radicais, juvenis, infantis, urbanas, tecno e afro-brasileiras, transformadas em temas de estudo. O currículo cultural da educação física não tem a intenção de trocar o centralismo da cultura corporal dominante por um centralismo das culturas dominadas. O que se está a defender é a descolonização do currículo, solicitando que os temas relativos à cultura corporal subordinada componham a agenda dos debates escolares por terem sido historicamente desdenhados ou tergiversados.

Nesse prisma, a cultura corporal dominante é analisada sob outros ângulos, tomando como base as crenças epistemológicas subordinadas. Essa análise não significa que tal patrimônio tenha um caráter demoníaco ou se constitua em artimanha arquitetada pelas elites contra os desfavorecidos. Pretende, simplesmente, empreender uma cuidadosa investigação dos aspectos que caracterizam as práticas corporais independentemente da sua origem ou pertencimento.

A partir do mapeamento do patrimônio cultural corporal da comunidade, os educadores investigam e recuperam as experiências dos estudantes, analisando seus saberes sobre as práticas corporais e as formas com as quais suas identidades se inter-relacionam com essas manifestações. A intenção é trabalhar pedagogicamente esses conhecimentos de tal maneira que as identidades culturais dos grupos que frequentam a escola possam ser legitimadas na instituição e, conseqüentemente, na sociedade. A problematização das representações dos alunos no currículo leva-os a olhar mais além de suas próprias experiências, seja qual for o seu posicionamento no emaranhado social.

O currículo cultural da educação física parte de objetivos institucionais acordados coletivamente para ex-

pressar as forças combativas da resistência de determinados grupos docentes e a sua liberdade e para construir percursos conforme os contextos em que se encontram, assimilando as experiências de professores, pais, alunos, funcionários, membros da comunidade e de todos aqueles que desejem contribuir com seus conhecimentos.

A sua vocação para a luta sinaliza a importância de discutir e produzir uma prática contra-hegemônica. Empenha forças na ampliação das possibilidades solidárias, populares e democráticas, que não silenciam ou marginalizam os grupos subalternizados. Faz isso historicizando, politizando, culturalizando e inventando novas e ousadas manifestações corporais por meio da resignificação (Corazza, 2010). As atividades de ensino que emprega também fogem do lugar-comum, pois, detentoras de um espírito participativo e democrático, são elaboradas como possibilidades e não como certezas.

O currículo cultural recorre com frequência aos mecanismos de diferenciação pedagógica (Cortesão & Stoer, 2008). As conversas, assistência a vídeos, pesquisas, visitas, entrevistas, seminários, vivências corporais, trabalhos coletivos com outras escolas, leitura de textos argumentativos, científicos ou de notícias, participação em eventos, contato com adereços constituintes das práticas corporais, construção de materiais, elaboração de apresentações para a comunidade, além de múltiplas formas de registro e documentação, estão entre as artimanhas empregadas para aproximar e confrontar conhecimentos a respeito de um mesmo tema da cultura corporal, que viabilizam o reconhecimento das diferenças e potencializam interesses e características socioculturais dos alunos.

A tessitura das atividades de ensino e das aulas não segue uma sequência didática preestabelecida. Metaforicamente, assemelha-se a um jogo de capoeira (Neira, 2007). Tal qual um capoeirista, o professor consegue avançar sobre antigas crenças e problematizar os posicionamentos emitidos pelos estudantes com base nas próprias experiências. É mais um momento para a crítica cultural, quando se propicia o questionamento sobre tudo que possa ser natural e inevitável. O currículo cultural coloca em xeque e permite novos olhares sobre aquilo com que usualmente lidamos de modo acrítico. Consequentemente, os conhecimentos veiculados não figuram de um plano estipulado a priori. Dependem do destrinche, da análise e do que vier a surgir, desde que contribua para uma melhor compreensão, não só da manifestação em si, mas também de quem produziu e reproduziu.

Mediante o fazer pedagógico que caracteriza o currículo cultural, o conhecimento é tecido rizomaticamente (Lopes & Macedo, 2010). Os educadores tornam-se menos escolares e mais culturais. Menos parecidos com o professor e mais próximos do artista, trabalhando na linha da divergência e da reconceituação daquilo que está posto. Afinal, elaborar e desenvolver esse currículo não deixa de ser uma prática artística ainda não imaginada e impossível de ser copiada. Uma prática do desassossego, que desestabiliza o conformado, o acomodado, os antigos problemas e as velhas soluções. Prática que estimula outros modos de ver e de ser visto, dizer e ser dito, representar e ser representado.

O ambiente de imprevisibilidade que envolve o currículo cultural leva os professores e alunos a aprimorarem estratégias de registro. A documentação do cotidiano, elaborada com os propósitos de avaliar o processo, revela um acompanhamento contínuo das atividades desenvolvidas durante a ação curricular. Ora volta-se para os universos culturais dos alunos a fim de verificar como dialogam com os padrões culturais abraçados pelo professor, ora serve como instrumento para ajustar o percurso. A correção da rota tem por objetivo desafiar o tratamento da diversidade cultural de forma abstrata, como se esta estivesse presente apenas na sociedade mais ampla. Concebida de forma multicultural, a avaliação que caracteriza o currículo cultural da educação física reconhece a diversidade e a construção das diferenças também no interior da sala de aula.

Posicionando-se como multicultural crítico em situação permanente de luta social, esse currículo adquire conotações de estratégia política. Com suas intervenções, os docentes procuram ajudar os estudantes a reconhecerem vestígios de preconceitos conectados às práticas corporais. Politicamente engajado em problemas sociais, o currículo cultural revela-se uma prática teórico-investigativa e, ao mesmo tempo, uma prática ativa de transformação cultural, imersa em relações de poder, particularidades das distintas culturas corporais e produções de subjetividades multiculturais.

Trata a cultura corporal como invenção de diversas formações históricas, produzidas por conflitos e negociações, privilégios e subordinação. Proporcionando a relação com todos os formatos disponíveis das manifestações corporais, sem hierarquizá-las, vivencia, lê, interpreta, pesquisa, aprende e ensina suas técnicas, trajetórias, características, segredos, adereços e desvela suas marcas sociais.

Esse currículo orgulha-se de promover uma política educativa multicultural crítica por meio de questionamentos, problematizações, diálogos e ações cooperativas entre professores, alunos e outros participantes. Ele ignora as divisões e classificações de saberes baseadas em níveis de escolarização ou séries, ciclos ou faixas etárias, áreas de estudo ou disciplinas. Transitando pela sociologia, história, filosofia, política, entre outras áreas, vai buscar quaisquer conhecimentos relevantes para realizar análises culturais das práticas corporais, visando ao aprofundamento e à ampliação do potencial de leitura e interpretação dos alunos. Utiliza, assim, todos os saberes necessários para estudar as diversas facetas que as brincadeiras, danças, lutas, ginásticas ou esportes possam ter.

Para aprofundar e ampliar as representações dos alunos, o currículo cultural ouve e discute todos os posicionamentos dos alunos acerca da prática corporal tematizada, apresenta sugestões, reconstrói corporalmente a manifestação, oferece novos conhecimentos oriundos de pesquisas, potencializa o encontro com vozes dissonantes, olhares distintos e perspectivas diferentes. As atividades de ensino atentas à justiça curricular promovem, entre outras situações, a desconstrução da maneira hegemônica de descrever o outro cultural e valorizam os diversos saberes culturais. A partir daí os alunos podem entender a heterogeneidade social com base na democratização das políticas de identidade e da validação da diversidade da cultura corporal.

O currículo cultural nada promete aos educadores e educandos, mas garante-lhes a intensificação da sua condição de analistas críticos das práticas corporais situadas na paisagem social. Ele modifica o que seja ensinar, planejar, escolarizar, pedagogizar, curricularizar (Corazza, 2010). Promove inusitados modos de ser e existir como professor e estudante. Configura-se como uma experiência de emancipação, como um projeto coletivo de liberdade, como batalha por uma educação física que transcende os muros da escola, uma educação física da diferença, que muitas vezes subverte a ocorrência das práticas corporais naqueles ambientes contaminados pela exclusão.

As atividades de ensino que caracterizam o currículo multicultural crítico envolvem a análise e problematização das culturas corporais socialmente ancoradas, pois adotam como ponto de partida do trabalho pedagógico as representações que os alunos possuem, adquiridas na cultura experiencial. A partir daí, efetuam as vivências, fazendo-se acompanhar de uma reflexão sobre o vivido

através da leitura e interpretação da gestualidade. O currículo cultural pluraliza as ações, ideias, palavras e relações. Ele estimula diferentes formas de formular e de viver práticas educacionais alternativas ao projeto monocultural e inventa meios para divulgar tais práticas, fazê-las circular e serem debatidas, de maneira a inspirar outras tantas.

Todavia, comete um grave equívoco quem pensa que o currículo cultural não sofre resistências. Como em qualquer atividade inédita, os estudantes, a comunidade e até mesmo os professores apresentam dificuldades em aceitar uma política pedagógica com esse teor. Não são poucas as reações agressivas à proposta, as dissimulações e o menosprezo. Também é comum a resistência da instituição e do corpo discente ao reconhecimento das práticas corporais diferentes. É num contexto como esse que o multiculturalismo pode ganhar um indesejável tom compensatório. A ausência do combate aos preconceitos, ao invés de unir os estudantes à sua história, amplia ainda mais seu afastamento, em virtude da falta de discussões acerca das conexões das manifestações da cultura corporal com o passado e o presente e também em virtude do necessário reconhecimento dos problemas enfrentados pelos grupos nos quais as práticas se originaram, reproduziram e hibridizaram.

Para que se evite o daltonismo cultural embutido na resistência à hibridização, o currículo cultural recorre à pedagogia do dissenso como forma de enfrentamento. A validação da riqueza decorrente da existência de diferentes culturas no espaço escolar evita a homogeneização ou uniformização da diversidade apresentada pelos alunos e dos resultados das ações formativas.

A experiência de investigar o currículo cultural de educação física corroborou os achados de McLaren (1997), Giroux (1997) e Apple (1999). As escolas são mais do que um mecanismo de dominação; também são lugares onde formas particulares de conhecimento, relações sociais e valores podem ser trabalhados para educar estudantes a tomarem seu lugar na sociedade em uma posição de controle, em vez de uma posição de subordinação ideológica. As escolas são locais parcialmente autônomos, onde professores e estudantes podem resistir à lógica dominante e efetivamente posicionar-se como autores do currículo.

Por tudo isso, colocar em ação o currículo cultural da educação física significa abrir mão do estabelecimento de valores a partir de princípios conservadores e he-

gemônicos. A tese central é que essa perspectiva atue no sentido da convergência e da divergência de ideias dependentes do contexto cultural. O currículo multiculturalmente orientado expõe e confronta sentimentos e desejos, desestabiliza o acomodado e desconstrói as certezas. Por meio de um currículo sempre em movimento, um currículo pós-crítico, a educação multicultural não apenas denuncia e escancara as relações de opressão, mas também fetichiza novas maneiras de ser e de viver e experimenta o prazer de construir novos conhecimentos e formas de convívio entre os seres humanos.

Ultimando essas considerações, sintonizamo-nos com o posicionamento político e pedagógico explicitado por Paulo Freire (2005) para afirmar nossa desesperança na construção de uma sociedade mais democrática e menos desigual por meio de currículos tradicionais e fechados, nos quais todos os grupos que frequentam a escola não se vejam representados dignamente. Defendemos uma noção curricular aberta ao diálogo cultural. Por isso, recusamos o aceite de qualquer proposta sem debate ou crítica. Não pode haver uma proposta definitiva, um só caminho a seguir. Outros são sempre possíveis e necessários.

Foi essa a intenção deste estudo. Quando nos debruçamos sobre a produção discursiva de professores que afirmaram colocar em ação o currículo cultural, pretendíamos perscrutar o que fizeram para dali extrairmos características, princípios e linhas gerais. A presente descrição é apenas uma entre tantas, o que nos faz lembrar da importância de convidar outros pesquisadores a olharem mais atentamente para os currículos que ganham vida nas escolas, pois, desta jornada, ficou a certeza de que temos muito a aprender com os seus autores.

Referências bibliográficas

- Apple, M. W. (1999). *Poder, significado e identidade: Ensaio de estudos educacionais críticos*. Porto: Porto Editora.
- Candau, V. M. (2008). Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: Moreira, A. F., & Candau, V. M. (Org.). *Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas* (pp. 13-37). Petrópolis: Vozes. .
- Connell, R. W. (1993). *Schools and social justice*. Montreal: Our Schools/Our Selves Education Foundation.
- Corazza, S. M. (2003). *Tema gerador: Concepções e práticas*. Ijuí: Editora Unijuí.

- Corazza, S. M. (2010). Diferença pura de um pós-curriculo. In: Lopes, A. C., & Macedo, E. (Org.). *Currículo: Debates contemporâneos* (pp. 103-114). São Paulo: Cortez. .
- Cortesão, L., & Stoer, S. R. (2008). A interface de educação intercultural e a gestão de diversidade na sala de aula. In: Garcia, R. L., & Moreira, A. F. B. (Org.). *Currículo na contemporaneidade: Incertezas e desafios* (pp. 189-208). São Paulo: Cortez. .
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- Giroux, H. (1997). *Os professores como intelectuais: Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.
- Grant, C. A., & Wieczorek, K. (2000). Teacher Education and Knowledge in the "Knowledge Society": the need for social moorings in our multicultural schools, *Teachers College Record*, 102(5), 913-935.
- Kincheloe, J. L., & Steinberg, S. R. (1999). *Repensar el multiculturalismo*. Barcelona: Octaedro.
- Lima, M. E. de, & Neira, M. G. (2010). O currículo da Educação Física como espaço de participação coletiva e reconhecimento da cultura corporal da comunidade. *Revista Iberoamericana de Educación*, Madrid, 51(5), 01-10. Disponível em: <http://www.rieoei.org/deloslectores/3042Neira.pdf>
- Lopes, A. C., & Macedo, E. (2010). O pensamento curricular no Brasil. In: Lopes, A. C.; Macedo, E. (Org.). *Currículo: Debates contemporâneos* (pp. 133-149). São Paulo: Cortez.
- McLaren, P. (1997). *A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação*. Porto Alegre: Artmed.
- Neira, M. G. (2007). *Ensino de educação física*. São Paulo: Thomson Learning. (Coleção ideias em ação).
- Neira, M. G. (2011). *Educação física*. São Paulo: Blucher. (Coleção a reflexão e a prática no ensino, v. 8).
- Silva, T. T. (2007). *Documentos de identidade: Uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.